

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MORTOS EM CASOS DE DESAPARECIMENTO - A MATERIALIDADE ALÉM DO CORPO

THE SOCIAL CONSTRUCTION OF THE DEAD IN CASES OF DISAPPEARANCE - MATERIALITY BEYOND THE BODY.

Aline Feitoza de Oliveira ^a
Marília Oliveira Calazans ^b
Marina Di Giusto ^c
Maria Ana Correia ^d
Candela Martínez Barrio ^e
Ana Paula Moreli Tauhyl ^f
Mariana Inglez dos Reis ^g
Talita Maximo Carreira Ribeiro ^h
Marina Gratão ⁱ
Márcia Lika Hattori ^j

^a Servidora do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) e doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, alinefeitoza@gmail.com

^b Técnica do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) e doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, mariliaolca@gmail.com

^c Pesquisadora pós-doutoranda no Géosciences Environnement Toulouse, Université de Toulouse, marinadigiusto@gmail.com

^d Junior Researcher no Interdisciplinary Center for Archaeology and the Evolution of Human Behaviour (ICArEHB) da Universidade do Algarve, Portugal; A participação desta autora neste trabalho foi financiado através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do apoio 2022.03020.CEECIND/CP1731/CT0006 (DOI: 0.54499/2022.03020.CEECIND/CP1731/CT0006), macorreia@ualg.pt.

^e Arqueóloga contratada pela Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, candela.martinez@ulpgc.es.

^f Servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. anatauhyl@gmail.com.

^g Mariana Inglez Pesquisadora Pós-doutoranda no Instituto de Biociências (IB) da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com University of Groningen, Holanda - mariana_inglez@ib.usp.br

^h Servidora do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo. talita.maximo@unifesp.br

ⁱ Ex-consultora do Grupo de Trabalho Perus. marinasgratao@gmail.com

^j Arqueóloga e pesquisadora pós-doutoranda no Instituto de Ciencias del Patrimonio. Consejo Superior de Investigaciones Científicas INCIPIIT-CSIC. marcia.hattori@incipit.csic.es

RESUMO

Observar como a cultura material associada à morte e ao enterramento é registrada, armazenada e organizada em contextos de violações de direitos humanos permite entender como os artefatos — e o tratamento dado a eles — refletem construções sociais presentes nos processos de identificação, reparação e elaboração de memórias coletivas. Neste artigo, discutimos diferentes contextos em que teorias e métodos da Arqueologia contribuíram para a recuperação e identificação de pessoas desaparecidas, bem como para a construção e preservação da memória de grupos impactados por violências no passado recente. Por fim, refletimos sobre o potencial da cultura material em processos mais amplos de justiça, reparação e memória no Brasil — um campo ainda incipiente, especialmente no que se refere ao uso da Antropologia e da Arqueologia Forense em contextos de violência traumática.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia forense, memória, violações de direitos humanos, cemitério, cultura material

ABSTRACT

Observing how the material culture associated with death and burial is recorded, stored, and organized in contexts of human rights violations allows us to understand how artifacts—and the treatment they receive—reflect social constructions in processes of identification, as well as in efforts toward reparation and the building of collective memories. In this article, we present a few contexts in which the application of archaeological theories and methods has contributed to the recovery and identification of individuals, as well as to the construction and preservation of the memory of groups affected by violence in the recent past. Finally, we offer reflections on the potential of material culture in broader processes of justice, reparation, and collective memory-building in Brazil - a field still in its early stages, particularly considering the use of Anthropology and Forensic Archaeology in contexts of traumatic violence.

KEYWORDS

Forensic Archaeology, memory, human rights violation, cemetery, material culture

COMO CITAR ESTE ARTIGO

OLIVEIRA, Aline Feitoza; CALAZANS, Marília Oliveira; GIUSTO, Marina Di; CORREIA, Maria Ana; BARRIO, Candela Martínez; TAUHYL, Ana Paula Moreli; REIS, Mariana Inglez; CARREIRA RIBEIRO, Talita Maximo; GRATÃO, Marina; HATTORI, Márcia Lika. A construção social dos mortos em casos de desaparecimento - a materialidade além do corpo. *Cadernos do Lepaarq*, v. XXII, n. 44, p. 173 - 191, Jul-Dec, 2025.

Situando a reflexão: uma introdução

Este artigo apresenta uma reflexão construída por uma equipe de autoras com formações diversas, que atuaram no primeiro grupo de trabalho multidisciplinar para a identificação de pessoas desaparecidas no Brasil a contar, em sua composição e coordenação, com arqueólogas e arqueólogos¹. Embora o caso da Vala Clandestina de Perus ainda esteja em curso, sob análise judicial e com informações protegidas por recomendações de sigilo, as autoras optam por não se furtrar ao debate sobre o papel e o potencial da cultura material em contextos de desaparecimento forçado e graves violações de direitos humanos. Assim, o caso de Perus será abordado pontualmente, com base apenas em informações públicas, como ponto de partida para refletir sobre o tratamento — ou a negligência institucional e técnica — dispensado à cultura material associada a pessoas desaparecidas, não identificadas e/ou vítimas de violência estatal, sobretudo aquelas exumadas em cemitérios municipais de São Paulo.

Este preâmbulo é fundamental para situar nosso lugar de enunciação, pois testemunhamos o quanto investigações conduzidas a partir de preceitos da antropologia forense, apresentam um impacto imediato ao transgredir o caráter médico e policial que caracteriza as abordagens sobre a busca de desaparecidos e a identificação de pessoas desconhecidas (FONDEBRIDER, 2015; HATTORI et al., 2016). Neste cenário, a contribuição da antropologia para a análise forense vai muito além do exame técnico dos remanescentes humanos e a materialidade da vala: ela propõe uma escuta atenta às demandas dos familiares, uma compreensão da violência como prática estruturante dos Estados autoritários, e a produção de conhecimento que rearticula os vínculos entre ciência e direitos humanos (SANDFORD, 2003). Ao considerar os corpos como sujeitos e documentos sociais e políticos (FERRÁNDIZ, 2013), a antropologia forense transforma os vestígios materiais em evidências da violência e em recursos para a reconstrução de narrativas silenciadas. Em termos mais objetivos ela se dá a partir da pesquisa de a) informações pessoais dos indivíduos procurados; b) aspectos físicos dos remanescentes, c) dados contextuais obtidos a partir de investigação histórica e arqueológica, tomados em conjunto. Esta aproximação, seguida de uma etapa de análise genética, permite - para além da desejada identificação - compreender o cenário em que as mortes ocorreram, qualificando os estudos forenses e o debate jurídico em termos sociais, políticos e históricos (CORREIA, 2023; SOUZA et al., 2015).

Os dados obtidos a partir do levantamento de informações contidas em séries documentais, entrevistas com familiares e visitas a arquivos e locais de inumações - práticas recorrentes das prospecções e pesquisas preliminares arqueológicas - potencializam de forma extraordinária a compreensão que se tem de estes casos de graves violações. No caso da Vala Clandestina de Perus em São Paulo, assim como de outros cemitérios no Brasil, essas informações permitiram

¹ BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. Portaria n. 620, de 9 de outubro de 2014. Institui, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República SDH-PR, o Grupo de Trabalho Perus com a finalidade de proceder à análise de restos mortais exumados do Cemitério Dom Bosco, especialmente da sua vala clandestina, com vistas à identificação de mortos e desaparecidos políticos, nos termos do disposto na Lei n. 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 out. 2014.

entender esse caso enquanto dispositivo de desaparecimento a partir do terror de Estado. Investigações revelaram que a burocracia estatal arquitetada para identificar e rastrear corpos desconhecidos foi também ela mesma um mecanismo de ocultação, uma máquina de fazer desaparecer (HATTORI et al., 2016).

O domínio de cada etapa da trajetória dos remanescentes é crucial para a construção de hipóteses de identidade para estes mortos. Ainda que houvesse e haja tanto o que se descobrir sobre a Vala e sobre o contexto das mortes e dos desaparecimentos forçados, há uma série de informações que foram irreversivelmente perdidas. Alguns dados esvaíram-se nos caminhos burocráticos, outros no próprio processo de resgate e busca (INSTITUTO MACUCO, 2012). Estas perdas poderiam ter sido evitadas se uma abordagem arqueológica tivesse sido aplicada desde o início (SOUZA et al., 2015).

Essa trajetória, porém, deixa marcas e traços materiais de sua existência em cada uma de suas etapas. Dessa forma, a extensão material da Vala de Perus, assim como a inumação padrão em cemitérios municipais, engloba outros conjuntos documentais, que podemos também chamar de registros, que atestam sua existência em várias dimensões. A arqueologia, por sua vez, é uma disciplina que construiu um campo privilegiado para compreender a materialidade em múltiplos aspectos visíveis ou invisíveis, históricos, processuais, contextuais (SYMANSKI, 2009), humanos e não humanos (GALLOIS, 2016). Dito de outra forma, existe um campo em potencial para a análise arqueológica forense que está para além do momento da exumação conforme inúmeros autores e autoras já demonstraram (ex. GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008a, 2008b; ZARANKIN; SALERNO, 2011).

O histórico da presença de arqueólogas e arqueólogos no Brasil relacionados a buscas de desaparecidos é bastante escasso. Um dos primeiros casos é o do cemitério Ricardo de Albuquerque no Rio de Janeiro que contou com uma equipe de formação em arqueologia, nos anos de 1990 (CARVALHO; FUNARI, 2009; FUNARI; OLIVEIRA, 2008). Depois disso, apenas nos anos de 2010 temos a presença um pouco mais sistemática de arqueólogos em grupos de trabalho voltados para as buscas na região do Araguaia (R. SOUZA, 2019). No caso de Perus em São Paulo, havendo uma equipe com bases formativas em arqueologia pela primeira vez analisando o caso, algumas perguntas passaram a fazer parte da rotina de trabalho. Que marcas materiais, que registros arqueológicos formados ao longo deste período estão acumulados, encerrados nessas caixas funerárias que armazenam remanescentes humanos? Seria possível (re)contar a história desses corpos a partir também desses registros? Ou ainda, que histórias seriam possíveis de serem contadas? Essa materialidade legitima ou contrapõe os registros históricos? Amplia nosso entendimento sobre os desaparecimentos e ocultações? Permite outras hipóteses de identidade sobre estes mortos? As questões levantadas a partir do trabalho cotidiano com este caso provocaram a equipe a apresentar um exercício de abordagem arqueológica para a cultura material associada a pessoas desconhecidas, e/ou desaparecidas na cidade de São Paulo, e que passam pelos cemitérios municipais.

Em síntese, é o resultado de um esforço interdisciplinar que tenciona investigar quais in-

formações e quais compreensões podem ser produzidas a partir do diálogo entre os objetos que acompanham estes esqueletos a serem identificados. Para tanto, consideraremos desvelar as camadas de histórias presentes nas centenas de caixas contendo os remanescentes esqueléticos humanos de indivíduos procedentes da Vala de Perus, como uma escavação que retira e analisa as estratigrafias e artefatos em um sítio arqueológico. Aqui, a Vala é nosso sítio e seu conteúdo nos levará ao seu caminho e trajetória no passado para extrapolar os limites destas caixas e entender práticas institucionais consolidadas de lidar com a cultura material associada aos corpos marginalizados.

Partimos do pressuposto que esta materialidade constitui aspecto fundamental da identidade das pessoas e identidades procuradas. Além disso, como destacado por Souza (2019), consideramos que a cultura material deve ter seu protagonismo reconhecido junto aos remanescentes humanos na aplicação da antropologia forense, como enfrentamento da desmaterialização consequente dos desaparecimentos forçados.

Arqueologia e Cultura Material na busca por desaparecidos

A Arqueologia é uma disciplina que, entre suas diversas facetas e áreas de atuação, abrange métodos e técnicas voltados para a prospecção, escavação, interpretação e análise sistemática do registro dos vestígios deixados por populações humanas que outrora viveram em determinado local. Em uma escavação arqueológica, cada camada é delicadamente retirada e examinada, com atenção à sua natureza, formação e conteúdo. As sequências de camadas e artefatos revelam uma trajetória de acúmulo de informações que, quando analisadas em conjunto, permitem interpretações sobre sequência de eventos, estilo e qualidade de vida da população em estudo, além de seus comportamentos, simbologias, formas de uso da paisagem, entre outros aspectos (BINFORD, 1982; SCHIFFER; SKIBO, 1997).

Os métodos e técnicas desenvolvidos pela ciência arqueológica permitem a “reconstrução” do passado e podem ser aplicados a outros contextos não necessariamente arqueológicos, como no âmbito das investigações criminais. Nesse sentido, a denominada Arqueologia Forense atua de forma colaborativa com outras disciplinas da área forense em busca de um objetivo comum: compreender a natureza, a sequência e a razão de certos eventos em uma investigação criminal (GROEN et al., 2015). Operando sobre o material recuperado e as características circunscritas a um local de crime em contextos legais, a Arqueologia Forense contribui com a busca por se estabelecer o vínculo entre a vítima, o agressor e o crime, e pela reconstrução do comportamento humano associado ao crime (GROEN et al., 2015).

A Arqueologia começou a ganhar espaço no campo da Antropologia Forense², a partir da

² Antropologia Forense é uma disciplina que atua em casos médico-legais na identificação e/ou determinação de causas de morte de remanescentes humanos parcial ou completamente esqueletizados também podendo colaborar na identificação de pessoas vivas em contextos criminais (BLACK al., 2010; BLAU; UBELAKER, 2016; SCHMITT et al., 2006)

segunda metade do século XX, devido à concepção cada vez mais evidente de que escavações controladas realizadas por profissionais treinados levariam a maiores detalhamentos de informações contextuais, imprescindíveis à resolução de casos criminais (MORSE et al., 1984). Também atuantes em casos de violações de direitos humanos, profissionais da Arqueologia têm coordenado exumações de remanescentes humanos vítimas de genocídios, massacres de guerra e execuções policiais (BLAU; UBELAKER, 2016).

Ainda que desconhecida por muitos especialistas forenses, atualmente, a Arqueologia Forense é praticada em vários contextos criminais, médico-legais e humanitários ao redor do mundo³. No cenário brasileiro a presença da Arqueologia em contextos forenses ainda é exígua. Segundo Guimarães et al (2015), isso se deve aos seguintes fatos: toda investigação forense deve ser controlada por especialistas oficiais do Estado, ou seja, por peritos oficiais dentre os quais não estão listados profissionais de arqueologia; os atestados de óbito associados a mortes violentas apenas podem ser assinados por médicos-legistas, limitando a participação de bioarqueólogos e bioantropólogos nos casos; e, por fim, há poucos centros de formação em Arqueologia Forense no país.

É importante destacar as contribuições de Funari e ZaranKin na formulação do que veio a ser denominado Arqueologia da Repressão e da Resistência (FUNARI et al., 2008; FUNARI; ZARANKIN, 2006; ZARANKIN; FUNARI, 2021). A esse campo se somaram diversos pesquisadores e pesquisadoras (BARETTA, 2014, 2017; FERMÍN-MAGUIRE, 2022; HATTORI, 2022; LEMOS et al., 2022; PLENS et al., 2021, 2025; R. SOUZA, 2019) que, a partir da arqueologia, construíram um corpo reflexivo e investigativo voltado a contextos de violência política e autoritarismo. No entanto, tais estudos, em grande parte, não incorporaram a aplicação forense, em razão das especificidades do contexto brasileiro.

A constituição de valas comuns, frequentemente utilizada como estratégia para ocultar corpos e apagar identidades, representa uma das expressões mais brutais da violência estatal e institucional. Esses espaços, pensados para desumanizar e silenciar, transformam-se — paradoxalmente — em potentes locais de escuta e denúncia quando abordados pela Arqueologia Forense.

Em um contexto moderno, exumar e realocar o corpo são ações baseadas em uma lógica espacial econômica, mas fundamentalmente refere-se a exumar indivíduos que não tiveram condição de serem enterrados em um espaço sepulcral privado. Ao serem exumados, os corpos são descaracterizados e tornam-se mais difíceis de serem identificados. Este processo permite que se eliminem traços de crimes, mas também permite destruir o grupo como identidade social. Uma vala secundária é a confirmação de que os (co)responsáveis pelas mortes, seja o Estado ou os indivíduos tomadores de decisões, estavam cientes de que faziam algo errado (HATTORI; OLIVEIRA, 2024; JUGO; WASTELL, 2015). Esta política de apagamento a partir da exumação recebeu o nome de “massacre administrativo do outro” (OSIEL, 1999).

Valas coletivas constituem-se como perpetuações coletivas de violações sistemáticas,

³ Para mais informações sobre o panorama mundial da Arqueologia Forense, ver Groen et al. (2015).

além de um investimento intensivo de recursos do próprio Estado. Por um lado, esses indivíduos passam a ser reconhecidos como um grupo de corpos indivisível, por outro materializam o desaparecimento e a dor de pessoas particulares. A Arqueologia busca olhar para a cultura material que sobrou e construir uma narrativa que ao mesmo tempo inclua e diferencie as esferas do coletivo e do privado (JUGO; WASTELLI, 2015), mais exatamente:

O indivíduo e o grupo tornam-se mutuamente constitutivos na mesma medida em que a inumação de cadáveres em valas comuns destrói identidades individuais e ao fazê-lo desnuda a vítima de todo o seu pertencimento a qualquer grupo — incluindo a coletividade da humanidade, à medida que estes se tornam irreconhecíveis ou não identificáveis como consumados ‘outrora pessoa’. Desta forma, vítimas desaparecem como um todo, os seus vários apagamentos desfigurando e negando a existência do ‘outrora grupo’ (JUGO; WASTELL, 2015, p. 152, tradução livre das autoras).

Ao destruir a imagem da vítima como um indivíduo e privar-lhe o direito à identidade, as políticas públicas e ações estatais reforçam o processo de esquecimento da memória individual e coletiva. Estudos de cultura material em valas comuns podem apresentar novas narrativas e significados, devolvendo aspectos de identidade social individuais ou coletivas, nos quais o próprio anonimato é reflexo da identidade de um crime de ocultação (JUGO; WASTELL, 2015).

“O corpo humano é um corpo político” é um conceito popularizado em estudos de gênero, étnico-raciais, e outras áreas, mas aqui argumentamos que este idioma também se aplica ao estudo das valas comuns. O corpo nada tem de neutro e está no foco dos interesses e vigilâncias institucionais, como escolas, igrejas, até mesmo institutos médicos legais e serviços funerários-cemiteriais. Graças a políticas que levam à marginalização, para alguns garante-se o reconhecimento e a proteção do Estado, para outros permite-se que sejam desaparecidos e desassociados de seus objetos pessoais (AZEVEDO, 2019; HATTORI, 2022).

Cultura Material em contextos de violação de Direitos Humanos

O papel dos objetos pode variar nos diversos contextos de violações de direitos humanos que existem pelo mundo. A título de exemplo, para que se possa ilustrar como isso se dá em outras realidades, traremos brevemente alguns contextos de valas ou cemitérios, com destaque para o tratamento dado para a cultura material em seus processos de busca e produção de memórias coletivas.

A ilha de Chipre, situada no mar Mediterrâneo, foi palco de uma guerra civil ocorrida entre cipriotas gregos e cipriotas turcos, com conflitos diversos entre 1963 e 1964 e em 1974, resultando em aproximadamente 580 mortos, em sua maioria turca. Pouco mais de 2000 pessoas desapareceram e, para a busca, foi criado em 1981 o *Committee of Missing Persons* (CMP), sob supervisão das Nações Unidas e formado por representantes de membros das duas comunidades e por um

terceiro membro nomeado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha e apontado pela própria Nações Unidas. Até o início de 2016, 1061 pessoas haviam sido exumadas e 625 identificadas (MOYSSI et al., 2016). Os objetos exumados variam de dentaduras a roupas e documentos, e foram divididos em categorias de acordo com sua natureza ou usos, como vestuário (48%), itens médicos (27%) e objetos pessoais (25% - subdivididos entre aqueles mais gerais – óculos, pentes, chaves, cigarros etc. - e os que permitiriam identificação pessoal - algumas joias, alianças, documentos, fotografias, entre outros) (MOYSSI et al., 2016). Por mais que as roupas fossem comuns entre a população, ou seja, por mais que elas sozinhas não trouxessem informações individualizantes, as combinações delas poderiam se referir a um indivíduo específico. Quanto aos itens médicos, estes podiam variar de desde caixas de remédios e implantes comuns, até implantes com número de série, úteis para identificação a partir do cruzamento com dados médicos *ante mortem* (MOYSSI et al., 2016). Vale ressaltar que o protocolo do CMP considerava a identificação realizada e posterior entrega do corpo às famílias apenas após a confirmação por análise genética. Os artefatos eram utilizados para corroborar e validar todo o processo, que conta também com a análise antropológica, além da genética. Isso era feito na fase de reconciliação, quando todas as disciplinas científicas envolvidas no processo se uniam para dar uma decisão final sobre a identificação como é frequentemente o caso dentro dos protocolos internacionais de Antropologia Forense.

“É importante deixar claro que os artefatos sozinhos não são uma base substancial para identificação. Porque as investigações são relacionadas a pessoas desaparecidas há mais de 40 anos, os artefatos são registrados nos formulários dos dados ante mortem, mas são primeiramente utilizados para corroborar as descobertas arqueológicas e, em última análise, para consolidar as análises genética e antropológica” (MOYSSI et al., 2016, p. 221, tradução livre das autoras).

Por outro lado, os artefatos que acompanham os corpos são fundamentais em casos em que a análise de DNA se mostra inconclusiva, como no caso de dois irmãos, por exemplo. Os objetos podem auxiliar também na diferenciação entre civis e militares e situar temporalmente os desaparecidos (MOYSSI et al., 2016).

No contexto peruano, as roupas feitas à mão tiveram papel central na identificação de vítimas do conflito armado interno entre 1980 e 2000, que envolveu o grupo Sendero Luminoso, organização de inspiração maoísta, e as Forças Armadas peruanas, resultando em aproximadamente 70 mil mortos, segundo a Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR). Estima-se que aproximadamente 15 mil pessoas tenham desaparecido nesse período (EPAF, 2008). Um caso emblemático é o de Putis, uma comunidade rural no sul do Peru, localizada no Distrito de Santillana, província de Huanta, na região de Ayacucho. Em 1983, após o assassinato do governador local pelo Sendero Luminoso, a população se refugiou nas montanhas. Em dezembro de 1984, após serem convocados pelas Forças Armadas a retornar ao povoado, 123 moradores foram executados — incluindo 19 crianças — e enterrados em covas que haviam sido forçados a cavar. Os

militares executaram a população porque consideravam-na simpática ao Sendero Luminoso. Alguns sobreviventes permaneceram nas montanhas e só voltaram ao povoado em 1997. Em 2008, a Equipe Peruana de Antropologia Forense (EPAF), atendendo à recomendação da CVR, realizou a exumação da fossa comum diante de cerca de 50 familiares. As roupas feitas à mão, muitas vezes confeccionadas pelos próprios membros da família, auxiliaram na identificação e trouxeram memórias daqueles que se foram.

“Os vivos, os que estão, os que não se foram, os recordam e os mantêm neste lado do mundo, o mundo de todos os dias. Pensam neles, falam com eles, contam a eles suas dores; a da mãe angustiada por não saber, do irmão mais novo que não tinha ninguém para lhe defender, da irmã de quem ele nunca pode cuidar ou proteger. Eles se entendem, murmuram coisas que não se pode ouvir, códigos desconhecidos para nós. Eles acariciam suas roupas, aquelas que eles um dia fizeram, lavaram e passaram. Seus fios sussurram coisas para seus ouvidos, as fibras, a trama, a urdidura, os pontos e as costuras. Suas cores são sempre intensas, e o inverno implacável não foi capaz de reduzi-las a manchas de sujeira. Os vivos trazem seus desaparecidos de volta para uma sala, para um pátio de escola, para uma praça, para um pedaço de puna de gelo” (EPAF, 2008, p.10, tradução livre das autoras).

O caso que nos atravessou - a Vala Clandestina de Perus

A Vala Clandestina de Perus foi aberta no dia 4 de setembro de 1990, quando se tornou público que o cemitério Dom Bosco, em Perus, no município de São Paulo, foi utilizado durante o período ditatorial como local de despojo de pessoas não identificadas, de vítimas anônimas do Esquadrão da Morte, da miséria social, e da repressão política (TELES, 2012).

Estudos permitiram rastrear que os indivíduos ocultados na vala foram exumados de seus sepultamentos individuais, alguns com e outros sem identificação, já com os corpos esqueletizados e depositados em sacos plásticos do Serviço Funerário Municipal (SFM) (SOUZA et al., 2015). Da vala foram exumados cerca de 1500 indivíduos (TELES; LISBOA, 2012) junto com pertences pessoais, objetos associados a roupas, etc. Os sacos do SFM foram encaminhados para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde se iniciou um processo que objetivava a identificação dos desaparecidos políticos possivelmente ocultados entre tais remanescentes. O conteúdo da vala foi exumado pela equipe de funcionários do cemitério que se deparou com centenas de sacos plásticos, que, devido à degradação do material pela ação do tempo, em sua maioria estavam rasgados, facilitando a perda e mistura de ossos menores (REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 1995). Os remanescentes passaram por várias instituições no Estado de São Paulo, entre identificações, denúncias de descaso e muita degradação, até que, em 2014, os remanescentes foram levados ao recém-formado Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo a partir de um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Direitos

Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo (SMDHC/PMSP) (CALAZANS et al., 2019; SOUZA et al., 2015; TELES, 2019).

Neste acordo de cooperação técnica, foi criado o Grupo de Trabalho Perus (GTP) que uniu uma equipe interdisciplinar formada por profissionais de arqueologia, antropologia, história, ciências sociais, biologia, bioantropologia, medicina, odontologia e fotografia, na busca por desenvolver um trabalho de Arqueologia e Antropologia Forense alinhado ao desenvolvimento deste campo na América Latina (CALAZANS et al., 2019; SOUZA et al., 2015). Nesse contexto, pressupõe-se a aplicação de teorias, métodos e técnicas da Antropologia Social, Arqueologia e Antropologia Biológica nos processos de busca e recuperação de cadáveres e de identificação humana, contribuindo com o esclarecimento de fatos em apoio ao sistema de administração de justiça e ao trabalho humanitário de reconstrução da relação de confiança com as famílias, abordagem inédita no contexto brasileiro (SALADO; FONDEBRIDER, 2008; SOUZA et al., 2015).

A Arqueologia Forense tem contribuído de forma direta e indireta com as diferentes etapas de trabalho no caso da Vala Clandestina de Perus — pesquisa preliminar e *ante mortem*, análises *post mortem* e análises genéticas. Este artigo debruça-se especificamente sobre as potenciais contribuições no trabalho inicial da etapa *post mortem*, ou seja, a abertura das caixas — que contêm sacos, etiquetas e outros materiais provenientes da época da abertura da vala e dos trabalhos anteriores — e de análise de seu material não-osteológico.

A discussão que transcendeu o caso

Os objetos estão conectados a uma rede de agentes sociais e são produtos das relações sociais, profissionais e econômicas passadas. Ao analisar esses materiais abrimos a possibilidade para inclusão de vozes e narrativas anteriormente excluídas, como a voz dos desaparecidos, das famílias, da população à margem dos serviços básicos de saúde e de enterramento, trazendo noções alternativas de patrimônio (KOPYTOFF, 1986). Considerando a dimensão política dos artefatos cotidianos, observa-se que alguns valores associados a esferas sociais estão objetivadas na materialidade dos artefatos, permitindo que eles extrapolem a mera funcionalidade e informem sobre relações sociais, assim como relações de identidade e diferença (MILLER, 2013; SANTOS, 2018).

Os artefatos assumem uma posição relacional, em que são ao mesmo tempo agenciados e agenciadores. Todo artefato é em si uma performance, que convida a questão de como ele foi parar naquele lugar e porque (GELL, 1998). Entendendo então os cemitérios como local de reprodução simbólica das identidades sociais, estes passam a ser locais potenciais para aplicação da Arqueologia (LIMA, 1994).

Nos cemitérios, os túmulos são os objetos mais comumente estudados, mas não devem ser vistos apenas como lugar de depósito dos mortos, e sim um símbolo de unidade familiar em torno do qual os ritos acontecem. É preciso haver a valorização do território através dos mortos

que a terra contém (RODRIGUES, 2006). No caso da Vala de Perus, se propõe a valorização dos mortos e do território através dos objetos que esta contém.

Os corpos são enterrados e escondidos por trás de seus itens funerários, sejam roupas, mortalha, caixão, sepultura. Desconstrói-se a ideia de cadáver e substitui-se pela de corpo, pela de pessoa, abordagem mais humanizada ao se atribuir itens ao seu espaço fúnebre. Fazer o caminho contrário, privando o indivíduo de seus bens que o humanizam é privar o indivíduo de sua identidade. Tudo é corpo, o caixão que protege, a lápide, o terno. Tudo é metáfora e metonímia de corpo, e contém dados biográficos, sociais e fisionômicos dos mortos (RODRIGUES, 2006). Desse modo, o objeto funerário assinala o não-vazio, faz da morte uma segunda existência (URBAIN, 1978).

Dentro da perspectiva de memória e artefatos, os itens encontrados em um cemitério municipal da periferia de São Paulo não são de grandes dimensões ou de uma arquitetura secular. Geralmente os enterramentos são feitos em campos de terra edificada, com no máximo uma lápide contendo os dados do morto, talvez uma cruz de cimento; com grande quantidade de velas e flores — itens não permanentes (REZENDE, 2000). A partir disso, destacamos a agência dos outros artefatos menos estudados, mas igualmente informativos e potentes para a discussão de memória e do artefato como representante do corpo, como demonstrado por Boltansky em 2010, com a obra *Personnes*, exposta no Grand Palace na França em 2010 ou os sapatos à beira do Rio Danúbio em Budapeste como um memorial proposto em 2005 (BOLTANSKI, 2010; TOGAY; PAUER, 2005).

Abordagem das instituições médico-legais, dos serviços funerários, e de outras instituições de perícia e identificação em relação aos itens pessoais

Existe um aparato estatal dedicado a atribuir (ou devolver) a identidade de um cadáver a uma pessoa desconhecida. Reunido nos Institutos Médicos Legais (IMLs), esse mecanismo consiste em um conjunto de profissionais, técnicas, protocolos e saberes que tem como objetivo satisfazer a necessidade de identificar corpos desconhecidos, mas também de explicar o motivo de sua morte. Neste sentido, morrer é um evento que extrapola o âmbito privado ou natural, tornando-se um fenômeno que precisa ser explicado, documentado, e justificado perante a sociedade (FUKUYAMA, 2003).

O corpo sem vida é em si um documento que atesta ou testemunha a morte de alguém, cuja identidade se deve buscar ou produzir. Esqueletizado, torna-se matéria da antropologia e seu arcabouço metodológico que possibilita reconhecer nos ossos de um indivíduo suas características biológicas, como idade no momento da morte e sexo biológico, e alguns reflexos de seu estilo de vida (SCHMITT et al., 2006).

Os corpos são também uma evidência material, compõem o que chamamos de cultura material ou a dimensão material da nossa existência enquanto humanidade. Em termos de identidade, são os corpos que nos conectam com o mundo das coisas (ZARANKIN; SALERNO, 2011). Suas

formas e extensões mensuráveis, assim como os artefatos que carregamos conosco em vida, ou que são associados a nós nos ritos fúnebres, dizem sobre nós. Essa dimensão do concreto, não obstante, é carregada de símbolos e intenções mais ou menos visíveis e nem sempre óbvias (GALLOIS, 2016).

O próprio mecanismo de identificação ou de processamento de cadáveres de pessoas desconhecidas e/ou vítimas de morte violenta circunscreve-os em um universo material. Materiais como fichas, fotografias, etiquetas, sacos e caixas, por um lado, e códigos, índices e dados, por outro, conformam uma série de informações e artefatos burocráticos inerentes ao ciclo que se inicia após a morte de um indivíduo, ou seja, referentes à sua inscrição no mundo dos mortos (REZENDE, 2012). Este processo de análise e identificação, ao mesmo tempo muitas vezes destitui o corpo morto e desconhecido de seu universo material, isto é, dos artefatos que constituem sua identidade, como roupas e acessórios, é o mesmo processo que insere-o no mundo dos mortos a partir deste rito técnico-burocrático. Conduzido pelo dispositivo estatal adequado, amparado por protocolos que regulam e justificam tais procedimentos, este corpo é revestido de uma materialidade impessoal, pública.

Cada etapa desse trâmite categoriza este corpo, (de)codifica, transcreve, gera documentos, fotos, dados e papéis. No sentido inverso, também inscreve nesse corpo suas marcas e intervenções, cortes, lacunas, fios, grampos e etiquetas. Transformando o corpo-ícone em índice (REZENDE, 2012), tomando-o por partes para classificar seu todo (NADAI, 2018).

Isto posto, compreende-se que o universo material associado a um indivíduo morto é constituído por objetos que são a ele associados por familiares e serviços funerários ou por instituições do Estado, no caso de pessoas desconhecidas. De um lado, há vestígios que imprimem no morto marcas e objetos impessoais e burocráticos que constituem sua identidade enquanto morto. Nesses casos, as únicas imagens de vida perceptíveis são aquelas que inevitavelmente são rastreáveis no corpo, como o perfil biológico, fatores individualizantes e marcas patológicas. Do outro, artefatos que reforçam seu vínculo com a vida, com sua relação com o mundo, como vestuário, acessórios, ou itens religiosos. Ainda que todos estes itens componham o universo de análise *post mortem*, eles conectam ou associam seu corpo ao *ante mortem*, seja aos diferentes momentos antes da morte ou seja pelas mensagens de pertencimento carregadas e transmitidas pelo corpo a partir do cuidado dispensado pelos indivíduos de seu grupo que ficaram vivos. De uma forma ou outra, ambos os conjuntos artefatuais conferem ao indivíduo atributos de sua identidade, da sua constituição enquanto pessoa. Além disso, tal composição sempre ocorre em termos dialógicos, de maneira que parte dela é intrínseca ao indivíduo e outra parte é imputada pelo outro (POLLAK, 1992).

Além de permitir acessar os contextos dos objetos, estudar os vestígios materiais permite revelar as histórias de vida que vão se incorporando aos objetos e demonstram quais as relações que os profissionais e as instituições estabelecem com as comunidades envolvidas na temática (LINDSKOUG, 2019). Seja em contextos museológicos, ou contextos forenses, os itens não devem ser coletados com uma perspectiva de mera coleção de objetos, mas sim associados a políticas

de patrimônio e elaborações de reflexo na sociedade. Retrabalhar os acervos de contextos violentos demonstra a aplicação da ciência nos interesses da sociedade sobre o passado, mas também sobre o presente (LINDSKOUG, 2019). Um dos modos de se estudar a cultura material é resgatando sua biografia cultural, complementando com a documentação que a acompanha ou a qual corresponde. Os objetos estão em constante transformação, agregando histórias, significados, acumulando tempo, movimento e mudança (GOSDEN; MARSHALL, 1999). Portanto, é necessário entender por quais instituições a cultura material associada aos corpos passam.

Depois dos institutos médico-legais, serviços de verificação de óbito, ou instituições médicas, o caminho da morte leva os corpos até uma próxima parada, geralmente, uma instituição cemiterial. No caso de São Paulo, a exumação administrativa prevista em lei (Art.551, Decreto Estadual nº16.017/80), permite a mudança e desocupação da sepultura de modo que seu conteúdo possa ser devolvido ao próprio túmulo ou colocado em ossários individuais/coletivos oficiais. A legislação prevê que os ossos (despojos) serão devidamente identificados e colocados em refun- da. Destaca-se aqui o enfoque dado aos remanescentes esqueléticos, não havendo referência aos demais itens que estejam dentro da sepultura.

Encontramos diferentes relatos sobre os processos de exumação administrativa⁴. Muitos referem-se a um ato em que se recomenda a presença de profissionais da saúde ou da justiça para assegurar conferência e registro necessário. No caso de Perus, não há documentos que registrem ou justifiquem a grande exumação que aconteceu entre 1975 e 1976 e resultou na criação da Vala. As pistas foram encontradas pela equipe de pesquisa *ante mortem* nos livros de registro do Cemitério Dom Bosco, nos quais há indicações de muitos indivíduos exumados em um curto período de tempo sem a informação associada de destino do corpo (SOUZA et al., 2015). Essa falta de registro documental sobre o motivo, quem foi exumado e quando é a razão pela qual a vala é considerada clandestina (TELES; LISBOA, 2012). A falta de normativas que se refiram não só aos ossos, mas também aos itens associados, somada à falta de registros e de vistorias, especialmente em cemitérios periféricos, nos faz pensar que não há garantias de que os itens tenham sido mantidos em associação com os seus possuintes. Considerando as experiências vividas pelas autoras no trabalho forense do laboratório com os remanescentes da Vala Clandestina de Perus, foi possível observar que itens funerários, como fragmentos de caixão, de lápides e cruzeiros costumam ser descartados nas exumações administrativas. Itens menores, muitas vezes já sujos de sedimento, passam pelo olhar do funcionário responsável e acabam sendo acondicionados junto aos ossos, enquanto os itens maiores, mais fáceis de diferenciar em meio a todo o material da cova são separados e não seguem o mesmo destino. As vestimentas recebem um cuidado diferenciado, pois meias costumam ser retiradas como um reservatório para os ossos do pé, en-

⁴ A regulamentação elaborada pela Prefeitura não especifica detalhes de como o ato deve ser realizado, como o que deve ou não ser mantido junto ao indivíduo. Serviços funerários privados atuais descrevem seus métodos apresentando variações. Esses informes de serviços privados foram consultados, de modo a ter um parâmetro de comparação com o que poderia ser esperado no caso do cemitério Dom Bosco. (<https://blog.memorialveracruz.blog.br/para-que-serve-a-exumacao/> consultado em 29 de março de 2020. <https://www.orsola.com.br/blog/o-que-e-exumacao-e-quando-ela-deve-ser-feita> consultado em 29 de março de 2020).

quanto outras roupas, muitas vezes já rasgadas e degradadas são descartadas. Portanto, serão os próprios funcionários envolvidos na exumação os que decidirão o destino dos itens associados aos esqueletos, sem protocolos que regulem essa ação.

Durante os trabalhos de identificação da Vala de Perus que antecederam o trabalho do GTP não há relatos sobre o tratamento dado aos itens que já acompanhavam os indivíduos. Por outro lado, reportagens e arquivos de imagem nos mostram que novos itens foram incluídos durante estas etapas. O trabalho de perícia fez a inclusão de argolas metálicas com o número do caso em baixo relevo presas com arames preferencialmente em ossos do crânio, etiquetas do trabalho desenvolvido pela Unicamp com a numeração do caso e data⁵, fitas crepe, cera utilidade vermelha, barbantes, sacos de TNT, entre outros (GODOY, 1994; REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 1995; REDE TVT, 2014; SOUZA et al., 2015). Para a retirada do material da Unicamp e retorno à capital paulista, os sacos foram armazenados em caixas e seguiram para o Columbário do Cemitério do Araçá, onde permaneceram até 2014 (SOUZA et al., 2015). Isso traz uma dimensão que muitas vezes é apagada dos processos de identificação, que é a produção de uma cultura material que passa a se relacionar com aquele corpo morto, independente de suas relações em vida, mas que implica em uma série de tratativas, gestos e destinações a este corpo. Assim como na Arqueologia Funerária do passado mais distante se observa os gestos e vestígios do tratamento dado ao morto para inferir sobre suas relações com o grupo que assim o tratou após a morte (DUDAY, 2009; C. SOUZA, 2019; R. SOUZA, 2009), o mesmo pode ser feito para o entendimento do descaso destinado aos corpos, e os bens pessoais de pessoas desaparecidas. Apagam-se os itens que o constituem como um indivíduo em vida, e constrói-se burocraticamente um aparato que o constrói como um número desprovido de identidade.

Conclusão

As políticas contemporâneas sobre a morte reivindicam neutralidade e universalidade, mas sua aplicação concreta evidencia desigualdades estruturais na forma como os corpos são tratados. A legislação, em teoria, incide de maneira homogênea; contudo, na prática, certos corpos são acompanhados por rituais de luto e preservação, enquanto outros são submetidos a enterramentos sumários, incinerações anônimas, exumações arbitrárias, misturas ou mesmo ao desaparecimento administrativo. Essa gestão diferencial não é acidental: ela prolonga e atualiza hierarquias sociais, inscrevendo a desigualdade também no pós-vida. Ao mesmo tempo, o afastamento asséptico da morte da esfera pública, característico do presente, obscurece essas distinções e naturaliza a violência burocrática que organiza o destino dos corpos. Tornar visíveis essas práticas é, portanto, uma tarefa política e analítica fundamental para compreender como o poder opera sobre a morte e através dela.

No caso de Perus, verificou-se que provavelmente, parte dos indivíduos ocultados na vala, teriam tido um sepultamento privado e convencional, isto é, conduzido por familiares. Após con-

⁵ Não se sabe se as datas escritas se referem a qual etapa de análise dentro do IML.

secutivas e exumações, translados, desassociações, reassociações, manipulações e análises, o conjunto artefactual associado aos esqueletos reflete mais seu processo de busca que o processamento dos corpos. Ousamos dizer que ao longo dessa trajetória de trinta e cinco anos desde a abertura da vala, os objetos acumulados refletem mais seus percursos pós-vala do que os momentos anteriores. Se assumirmos que parte da nossa identidade social está representada pelos objetos que nos circundam, é possível afirmar que os esqueletos da Vala de Perus foram paulatinamente destituídos de suas identidades *ante mortem* para se tornarem os desconhecidos, os negligenciados e — potencialmente — as vítimas de desaparecimento forçado buscadas por seus familiares e pelas equipes forenses.

A potência dessa gênese de identidade social transformou e transforma não apenas os corpos dos indivíduos, como também os lugares por onde passam. Como uma espécie de *miasma*, estes espaços acabam por entremear o tecido da memória sobre a ditadura militar e sobre a violência de Estado, criando novos contextos, gerando mais dados, e demarcando a paisagem com rastros ocasionais e monumentais dessa história que contamos. A materialidade da qual tratamos, para além de constituir um aspecto tangível das ausências representadas pelas mortes e desaparecimento forçados, têm impacto sobre as investigações. Negligenciá-la significa negar esta concretude, desqualificar o contexto desses crimes e prejudicar a elucidação desses cenários.

Sabemos que o caráter multidisciplinar da Arqueologia nos permite contribuir com as abordagens às comunidades em diálogo com a Arqueologia Pública, com diferentes estratégias de recuperação minuciosa de remanescentes humanos da Bioarqueologia, e com o estudo de artefatos para o entendimento da cultura material associada aos indivíduos e eventos. Neste sentido, ao olhar para o caso da Vala Clandestina de Perus, e para as informações encontradas e perdidas ao longo do tempo, passamos a entender que os dispositivos estatais destacados para devolução de identidade, ao se afastar da abordagem arqueológica, ao descuidar e descartar objetos pessoais, acabam por negligenciar um caminho investigativo de construção de identidade e memória daquele indivíduo. Seja pela análise dos objetos não-osteológicos encontrados na vala, seja pela análise dos itens incluídos no caminho da morte, seja pela construção de um marco na paisagem como forma de memorial, o caso da Vala de Perus nos permite observar por uma janela no tempo e no espaço quem foram estas pessoas ali ocultadas, assim como o seu tratamento na vida e na morte.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Desirée. Os mortos não pesam todos o mesmo. Uma reflexão sobre atribuição de identidade política às ossadas da Vala de Perus. *Papeles Del CEIC: International Journal on Collective Identity Research*, v. 2, p. 1–20, 2019
- BARETTA, Jocyane. Arqueologia da repressão e da resistência e suas contribuições na construção de memórias. *Revista Arqueologia Pública*, v. 8, n. 2, p. 76–89, 2014. <https://doi.org/10.20396/rap.v8i2.8635640>

- BARETTA, Jocyane. Por uma Arqueologia Feminista da ditadura no Brasil (1964-1985). *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 8-34, 2017. <https://doi.org/10.24885/sab.v20i2.541>
- BINFORD, Lewis. The archaeology of place. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 1, n. 1, p. 5-31, 1982. [https://doi.org/10.1016/0278-4165\(82\)90006-X](https://doi.org/10.1016/0278-4165(82)90006-X)
- BLACK, Sue; AGGRAWAL, Aniel; PAYNE-JAMES, Jason. *Age Estimation in the Living: The Practitioner's Guide*. Ed. Wiley-Blackwell, 2010.
- BLAU, Soren; UBELAKER, Douglas. *Handbook of Forensic Anthropology and Archaeology*. Ed. Routledge Taylor & Francis, 2nd ed., 2016. <https://doi.org/10.4324/9781315427775>
- BOLTANSKI, Christian. *Personnes. Instalação Artística*. Paris, França, 2010.
- CALAZANS, Marília; OLIVEIRA, Aline; ALBUQUERQUE, João Pedro; SANTOS, Juliana. A Vala de Perus e as universidades públicas na trajetória por memória, verdade e justiça (1999-2019). *Revista Hydra*, v. 4, n. 7, 2019.
- CARVALHO, Aline; FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia Forense como Arqueologia Pública: estado da arte e perspectivas para o futuro no Brasil. In: CARVALHO, Aline; FUNARI, Paulo; PRADO, I.; SILVA, Sérgio Francisco (Eds.), *Arqueologia, Direito e Democracia*, p. 11-29, Ed. Habilis, 2009.
- CORREIA, Maria Ana. Arqueologia e antropologia forense em contextos de violência política. *Revista de Arqueologia*, v. 36, n. 2, p. 222-242, 2023. <https://doi.org/10.24885/sab.v36i2.1048>
- DUDAY, Henri. Double burials and "reductions": Remarks on the notion of burial. *Palaeopathology and archaeology*. In: THOMPSON, Victor; WAGGONER JR., James (orgs.), *The Archaeology and Historical Ecology of Small Scale Economies*, University Press of Florida, p. 72-92, 2009.
- DUDAY, Henri; MASSET, Claude. *Anthropologie physique et archéologie: méthodes d'étude des sépultures*. Editions du CNRS, 1986.
- EPAF - EQUIPO PERUANO DE ANTROPOLOGÍA FORENSE. *Desaparición Forzada en el Perú: El aporte de la investigación antropológica forense en la obtención de la evidencia probatoria y la construcción de un paraguas humanitario*, 2008.
- FERMÍN-MAGUIRE, Pedro. 'Foi a escravidão!' Uma arqueologia histórica de duas cadeias indígenas contra povos indígenas em Minas Gerais, Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, 2022.
- FERRÁNDIZ, Francisco. Exhuming the defeated: Civil War mass graves in 21st century Spain. *American Ethnologist*, v. 40, n. 1, p. 38-54, 2013.
- FONDEBRIDER, Luis. Forensic Anthropology and Human Rights: The Latin American experience. In: BLAU, Soren; UBELAKER, Douglas. (Orgs.), *Handbook of Forensic Anthropology*. Ed. Routledge, 2015.
- FUKUYAMA, Francis. *Nosso futuro pós-humano: Consequências da revolução da biotecnologia*. Ed. Rocco, 2003
- FUNARI, Pedro Paulo; OLIVEIRA, Nanci. A Arqueologia do conflito no Brasil. In: ZARANKIN, Andrés; FUNARI, Pedro Paulo; REIS, José (Orgs.), *Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960- 1980)*. Ed. Annablume/Fapesp, 2008.
- FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andres. *Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980*. Ed. Universidad Nacional de Catamarca, 2006.

- FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés; REIS, José. *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. Ed. Annablume/Fapesp, 2008.
- GALLOIS, Dominique. Algumas aproximações entre etnologia, história e arqueologia. *Teoria e Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 1–17, 2016.
- GELL, Alfred. *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Clarendon Press, 1998.
- GODOY, João. *Vala comum*. Documentário, 1994.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *Arqueología de la Guerra Civil Española*. Complutum, v. 19, n. 2, p. 11–20, 2008a.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy: an Archaeology of Supermodernity. *Current Anthropology*, v. 49, n. 2, p. 247–279, 2008b. <https://doi.org/10.1086/526099>
- GOSDEN, Chris; MARSHALL, Yvonne. The cultural biography of objects. *World Archaeology*, v. 31, n. 2, p. 169–178, 1999. <https://doi.org/10.1080/00438243.1999.9980439>
- GROEN, Mike; MÁRQUEZ-GRANT, Nicholas; JANAWAY, Robert. *Forensic Archaeology: A global perspective*. Ed. John Wiley & Sons, 2015.
- GUIMARÃES, Marco Aurélio; FRANCISCO, Raffaella; SOUZA, Rafael; EVISON, Martin. *Forensic Archaeology and Anthropology in Brazil*. In: GROEN, Mike; MÁRQUEZ-GRANT, Nicholas; JANAWAY, Robert (orgs.), *Forensic Archaeology: A Global Perspective*. Blackwell Publishing, p. 213–220, 2015.
- HATTORI, Márcia. *An archaeology of necropolitics: omission, disappearance and legacies of dictatorship in Brazil*. Tese de Doutorado, Universidad del País Vasco-Euskal Herriko Unibertsitatea, Espanha, 2022.
- HATTORI, Márcia; OLIVEIRA, Aline. *Vala comum e Exumação*. In: SOUZA, Camila Diogo; TACLA, Adriene Baron (Orgs.), *Dicionário de Arqueologia Funerária*, 2024.
- HATTORI, Márcia; SOUZA, Rafael; TAUHYL, Ana Paula; ALBERTO, Luana. O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal-SP para antropologia forense. *Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, v. 2, p. 1–21, 2016.
- INSTITUTO MACUCO. *Vala clandestina de Perus: Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*. São Paulo, Instituto Macuco, 2012.
- JUGO, Admir; WASTELL, Sari. Disassembling the pieces, reassembling the social: The forensic and political lives of secondary mass graves in Bosnia and Herzegovina. In: ANSTETT, Élisabeth; DREYFUS, Jean-Marc (orgs.), *Human remains and identification: Mass violence, genocide, and the forensic turn*. Manchester University Press, p. 142–174, 2015. <https://doi.org/10.7228/manchester/9780719097560.003.0007>
- KOPYTOFF, Igor. The cultural biography of things: Commoditization as process. In: APPADURAI, Arjun (org.), *The social life of things: Commodities in cultural perspective*. Cambridge University Press, p. 64–91, 1986.
- LEMOS, Caroline; COSTA, Denise; ZARANKIN, Andrés. ‘As flores do mal’: Arqueologia das estruturas da violência política da ditadura, o caso do DOPS/MG. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 19, n. 2, p. 163–188, 2022. <https://doi.org/10.18224/hab.v19i2.9252>
- LIMA, Tânia de Andrade. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 2, p. 87–150, 1994.

- LINDSKOUG, Henrik. Coleccionando naturaleza, creando cultura: construcción de la dicotomía naturaleza/cultura en museos. *Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología*, v. 36, p.11–32, 2019. <https://doi.org/10.7440/antipoda36.2019.02>
- MILLER, Daniel. Trecos, troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material. Ed. Zahar, 2013.
- MORSE, Dan; DAILEY, R.; STOUTAMIRE, James; DUNCAN, Jack. Forensic Archaeology. In: RATHBUN, Ted; BUIKSTRA, Jane (orgs.), *Human identification: Case studies in Forensic Anthropology*. Charles C. Thomas, p. 53–64, 1984.
- MOYSSI, Noly; KTORI, Maria; VEKIT, Uyum. Forensic management of artifacts in human identification: The experience of the Committee on Missing Persons in Cyprus. *Journal of Forensic Identification*, v. 66, n. 3, p. 209–231, 2016.
- NADAI, Larissa. Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: O Instituto Médico Legal e suas tramas. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Brasil, 2018.
- OSIEL, Mark. Mass atrocity, collective memory, and the law. Transaction Publishers, 1999.
- PLENS, Claudia Regina; SOUZA, Camilo Diogo; ROKSANDIC, Ivan; GÓRKA, Katarzyna; ROKSANDIC, Mirjana. Surviving the contact: the Xavante and the demographic impact of epidemics on Brazilian indigenous people from colonization to the military dictatorship. *Cadernos do Lepaarq*, v. 18, n. 35, p. 146–173, 2021. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v18i35.19974>
- PLENS, Claudia Regina; TOGNOLI, Anderson; ZARANKIN, Andrés; CARVALHO, Aline; NEVES, Deborah; LIMA, Fernanda; OKSMAN, Silvio. Vestígios do Tempo no Cárcere. *Revista de Arqueologia*, v. 38, p. 1–22, 2025. <https://doi.org/10.24885/sab.v38i1.1214>
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200–215, 1992.
- REDE GLOBO DE TELEVISÃO. Vala Clandestina de Perus. *Globo Repórter*. Reportagem, 1995.
- REDE TVT. Peritos retomam apuração sobre ossadas da Vala de Perus. *Reportagem*, 2014.
- REZENDE, Eduardo. *Metrópole da morte, necrópole da vida: Um estudo geográfico do Cemitério de Vila Formosa*. Carthago Editorial, 2ª ed, 2000.
- REZENDE, Patrick. *Corpos sem nome, nomes sem corpos: Desconhecidos, desaparecidos e a constituição da pessoa*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, 2012.
- RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Fiocruz, 2006.
- SALADO, Mercedes; FONDEBRIDER, Luis. El desarrollo de la antropología forense en la Argentina. *Cuadernos de Medicina Forense*, v. 14, n. 53–54, p. 213–221, 2008.
- SANDFORD, Victoria. *Buried secrets: Truth and Human Rights in Guatemala*. Palgrave Macmillan, 2003.
- SANTOS, Marinês Ribeiro. Gênero e cultura material: A dimensão política dos artefatos cotidianos. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 1, p. e37361, 2018.
- SCHIFFER, Michael; SKIBO, James. The Explanation of Artifact Variability. *American Antiquity*, v. 62, n. 1, p. 27–50, 1997.
- SCHMITT, Aurore; CUNHA, Eugénia; PINHEIRO, João. *Forensic Anthropology and Medicine: Complementary Sciences from Recovery to Cause of Death*. Humana Totowa, NJ, 2006.

- SOUZA, Camila Diogo. A morte lhe cai bem: reconsiderando o significado do mobiliário funerário na construção do prestígio social. *Revista M*, v. 3, n. 6, p. 263–287, 2019. <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2018.v3i6.263-287>
- SOUZA, Rafael Abreu. A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TO/PA: noite e nevoeiro na Amazônia. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, Brasil, 2019.
- SOUZA, Rafael Abreu; HATTORI, Márcia; TAUHYL, Ana Paula; ALBERTO, Luana; DiGIUSTO, Marina; GRATÃO, Marina; INGLEZ, Mariana; OLIVEIRA, Aline. A retomada das análises da Vala clandestina de Perus. In *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva.” ALESP*, 2015.
- SOUZA, Sheila Mendonça. Bioarqueologia e Antropologia Forense. I Encontro de Arqueologia de Mato Grosso do Sul, p. 89–113, 2009.
- SYMANSKI, Luis. Período de formação. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: W. MORALES, Walter; MOI, Flávia (orgs.), *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. Annablume, p. 279–310, 2009.
- TELES, Janaína. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 19, n. 35, p. 261–298, 2012.
- TELES, Maria Amélia. Denúncias e resistências à violência de Estado no Brasil: comemoração dos 5 anos do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. *Documentário*, 2019. Acesso em: 18 out. 2019.
- TELES, Maria Amélia; LISBOA, Suzana. A vala de Perus: um marco histórico na busca da verdade e da justiça. In *Vala Clandestina de Perus: Desaparecidos Políticos um capítulo não encerrado da História Brasileira*. Instituto Macuco, 200p., 2012.
- TOGAY, Can; PAUER, Gyula. *Cipók a Duna parton*. Instalação Artística. Budapeste, Hungria, 2005.
- URBAIN, Jean Didier. *La société de conservation*. Payot, 1978.
- ZARANKIN, Andrés; FUNARI, Pedro Paulo. Ditadura, direitos humanos e Arqueologia. *História. Questões e Debates*, v. 69, n. 110–136, 2021. <https://doi.org/10.5380/his.v69i2.79790>
- ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melissa. Engineering of genocide: The material culture of disappearance in Argentina (1976-1983). In: MYERS, Adrian; MOSHENKA, Gabriel (orgs.), *Archaeologies of Internment*. Springer, New York, p. 207–228, 2011.

Recebido em: 30/06/2025
Aprovado em: 10/07/2025
Publicado em: 19/12/2025